DESAFIOS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA

Deborah Christina Pereira Montalvão¹

Maria Cecilia Martínez Amaro Freitas²

Resumo

O processo de alfabetização por si só costuma vir acompanhado de vários desafios, quando se trata de crianças com desenvolvimento neurológico afetado, o desafio se torna ainda maior. A

presente pesquisa, de cunho bibliográfico, destaca as principais dificuldades que o professor da escola regular enfrenta no processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Para tanto, conceitua-se o Transtorno do Espectro Autista, descrevem-se suas características, analisam-se os fatores que comprometem a alfabetização dessas crianças e

demonstram-se formas que o professor da escola regular pode utilizar para auxiliar de forma positiva na alfabetização desses alunos. Diante do estudo, depreende-se como é importante para que o aluno com TEA seja alfabetizado, representando um grande desafio para professor.

Contudo o uso da tecnologia pode auxiliar na construção de um processo que desperte o

interesse da criança e facilite o desenvolvimento e a aprendizagem.

Palavras-chave: TEA; Professor; Aluno; Processo de Alfabetização.

INTRODUÇÃO

As pesquisas no Brasil sobre a inclusão de crianças com Transtorno de Espectro

Autista (TEA) no sistema regular de ensino têm aumentado, juntamente com as

investigações sobre os processos de alfabetização de tais alunos. Ainda assim, há uma

dissociação sobre a investigação do desempenho acerca do processo. (CAPELLINI;

SHIBUKAWA; RINALDO 2016)

Atualmente, compreende-se que crianças que apresentam esse transtorno

precisam ser incluídas de forma igualitária na escola, para que haja mudança no

cenário de analfabetismo de crianças com deficiência. Para tanto, é necessário estudar

quais metodologias e estratégias atuais os professores têm disponível, para que alunos

com autismo sejam alfabetizados no ensino regular.

Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA: 2021-1

² Mestre em Linguística Aplicada. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

1

Vieira e Baldin (2017) explicitam que a escola, juntamente com o professor, tem sido porta voz para pais e responsáveis, por observar a criança e, a partir de seus comportamentos, indicar a busca de uma investigação especializada para chegar a um diagnóstico. Compreende-se que quanto mais cedo ele ocorrer, maiores são as chances de se intervir para um tratamento eficaz que ajudará a criança a evoluir em seu processo educativo.

Faria et all. (2015, p. 233) afirmam "É sabido que a maioria dos autistas não aprende naturalmente em ambientes normais, no entanto, sob orientações e instruções apropriadas, muitos deles podem aprender uma grande variedade de conteúdos".

Dessa forma, a presente pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, analisa as dificuldades que crianças com TEA enfrentam no processo de alfabetização. Para tanto, inicialmente define-se o TEA, logo se destacam os fatores que podem comprometer a alfabetização das crianças com TEA e, finalmente, evidenciam-se formas que o professor da escola regular pode utilizar para auxiliar de forma positiva na alfabetização desses alunos.

1. Transtorno do Espectro Autista

O TEA tem desafiado a ciência em seu reconhecimento, origem e tratamento devido ao aumento dos casos no mundo. Dados do *Center of Diseases Control and Prevention*, órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, apontam que existe um autista a cada 110 pessoas. No Brasil, estima-se que há cerca de 2 milhões (MAIA et al, 2019).

Entende-se que, ao longo do tempo, os conceitos sobre o autismo foram passando por modificações, todavia se reconhece como um distúrbio relacionado ao desenvolvimento humano, o qual vem sendo aprofundado há mais de 60 anos. (MAIA et al, 2019).

Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008) apontam que, inicialmente, o autismo foi definido por Kanner, em 1943, denominado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, uma condição com características bastante específicas, considerando o indivíduo fora do mundo, não respondendo a estímulos externos, com desconfortos em relações afetivas com o meio, solidão extrema, comportamento repetitivos, incapacidade com a

linguagem e comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico normal e predominância no sexo masculino.

Com o passar dos anos, percebeu-se que a definição inicial, não atendia a todas as características que haviam sido estabelecidas. Novas pesquisas chegaram ao termo autismo, definido pela Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (2000) como um transtorno global do desenvolvimento, caracterizado por: desenvolvimento anormal, manifestado antes da idade de três anos; apresentação de falha nas interações sociais e comunicação; comportamento focalizado e repetitivo. Podem acompanhar numerosas outras manifestações, como por exemplo: fobias, perturbações no sono ou na alimentação, crises de agressividade e autoagressividade.

Posteriormente, compreendeu-se que o termo não abarcava a amplitude das manifestações do transtorno. Em 2013, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – V) foi revisto e o autismo passou a ser denominado de Transtorno do Espectro Autista – TEA, tratando-se de um transtorno de desenvolvimento que pode levar a severos comprometimentos de comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos. Entretanto, o termo autismo ainda é amplamente utilizado. O referido documento elimina as categorias Autismo, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo e Transtorno Global do Desenvolvimento sem outras especificações, passando apenas a uma denominação: Transtornos do Espectro Autista. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014)

Compreende-se que as manifestações variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade do indivíduo. (EVENCIO et al, 2019). As causas ainda são estudadas, contudo, Maia et al (2019) apontam que já é possível identificar alterações genéticas que podem acarretar o desenvolvimento do TEA em crianças. Os testes moleculares são capazes de apontar apenas 25% das alterações que levam ao distúrbio. Para mais, eventos que ocorrem durante a gestação, como a ingestão de alguns tipos de medicamentos, nutrientes e exposição a agentes tóxicos também podem estar relacionados ao desenvolvimento do transtorno.

Evêncio et al (2019), em estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP), explicitam que, a explicação genética está prestes a desvendar o transtorno. Constataram-se em indivíduos com TEA alterações na região cortical do cérebro,

responsável pela fala e sociabilidade e na camada mais externa cerebral, responsável pelo pensamento e planejamento. Essa descoberta traz características do referido transtorno a comprovação que existem alterações nas funções cerebrais.

Na atualidade, até 15% dos casos de TEA parecem estar associados a uma mutação genética, com diferentes variações no número de cópias de novo ou mutações de novo em genes específicos associados ao transtorno em diferentes famílias. Porém, mesmo quando o TEA está associado a uma mutação genética conhecida, não parece haver penetrância completa, ou seja, frequência em que o gene é expresso, segundo o DSM – V (2014). (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014)

O referido manual esclarece que o TEA pode estar presente desde o nascimento da criança ou já no começo da infância, sujeito a não ser detectado antes, por conta do intenso apoio dos pais ou cuidadores. Para identificá-lo, segundo o DSM V (2014), é necessário que se apresentem os seguintes critérios: 1) déficits clinicamente significativos e persistentes na comunicação e interações sociais, manifestadas como: déficits na comunicação não verbal e verbal usadas no cotidiano, falta de interesse social, incapacidade de fazer amizades ou manter relacionamentos de amizade; 2) padrões restritos e repetidos de comportamentos, como: comportamentos motores ou verbais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões ritualizados de comportamentos, interesses restritos e fixos; 3) os sintomas devem estar presentes no início da infância, mas podem não se manifestar completamente até que as demandas sociais excedam o limite de suas capacidades. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014)

Comumente, os sintomas costumam aparecer durante o segundo ano de vida (12 a 24 meses), mas podem ser percebidos antes dos 12 meses de idade, se os atrasos no desenvolvimento forem graves. Algumas crianças com TEA apresentam regressão no desenvolvimento, com um atraso gradual ou relativamente rápido em comportamentos sociais ou no uso da linguagem até o segundo ano de vida da criança. Sendo que, em outros transtornos tais perdas são raras, podendo ser um alerta útil ao TEA. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014)

Vieira e Baldin (2017) corroboram que o TEA afeta o sistema nervoso da criança e pode apresentar-se em diferentes níveis, de leve a severo. Como se trata de um espectro não é possível delimitar categorias estanques.

Embora essa categorização não possa ser rigidamente realizada, o DSM - V (2014) apresenta níveis de gravidade do TEA, partindo do mais leve ao mais severo. No primeiro nível, apresentam-se dificuldade para iniciar interações sociais sem sucesso a aberturas sociais, interesses restritos e comportamentos repetitivos, dificuldades em mudar a rotina, exigindo assim apoio na comunicação social do indivíduo. Em um segundo, déficits graves nas habilidades de comunicação verbal e não verbal e prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio, limitação em dar início a interações sociais e respostas reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem dos outros. Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos aparecem com frequência, sofrimento e dificuldade para mudar o foco ou as ações, o que exige apoio substancial no indivíduo. E, quando mais severo, déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, limitação em iniciar interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros, inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos e repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas; grande dificuldade para mudar o foco ou as ações, o que exige um nível de apoio substancial mais intenso. Cada nível está relacionado ao grau de apoio exigido pela criança no seu desenvolvimento. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014)

Como Vieira e Baldin (2017) apontam, o diagnóstico do TEA é clínico, realizado através da observação comportamental da criança e entrevista com os pais. É preciso observar as características que a criança demonstra em seu cotidiano.

Diante do exposto, volta-se o olhar a alfabetização da criança com TEA, considerando-a como um processo que pode ser influenciado por diversos fatores. Sendo assim, julga-se necessário evidenciar os elementos que podem comprometer a alfabetização e compreender como lidar com eles.

2. Alfabetização de crianças com TEA: fatores dificultantes

Após compreender melhor o TEA e os diversos níveis em que ele pode se manifestar, constata-se que não há a manifestação do TEA em uma criança como em outra. Assim sendo, se faz necessário entender as dificuldades que elas podem apresentar no processo de alfabetização e como lidar com elas no ambiente escolar, saber como agir com estes alunos, saber quando e como intervir, como trabalhar suas potencialidades, saber identificar seus interesses e suas necessidades e baseado nisso, desenvolver práticas pedagógicas eficientes.

Shibukawa e Capellini (2013) afirmam que o processo de alfabetização é essencial para que o sujeito consiga viver em sociedade, pois, o código linguístico constitui-se por signos convencionados socialmente, que serão utilizados para transmitir uma ideia ou um ponto de vista. Por meio da alfabetização é que o indivíduo se torna capaz de analisar as diversas situações de interação que ocorrem na sociedade, conseguindo analisar crítica e reflexivamente a sua realidade, bem como mudá-la.

A fase da alfabetização para a criança com TEA é uma época que possui grandes obstáculos, pois alguns têm hiperlexia, aprendendo a ler sozinhos, até mesmo antes da fase da alfabetização, enquanto muitos vão precisar da ajuda psicopedagógica. Antes da criança com TEA ser alfabetizada, ela necessita aprender a ficar sentada, permanecer na sala de aula, reconhecer e distinguir letras, marcar as iguais e as diferentes, sendo esta um pré-requisito para começar a aquisição da leitura e da escrita. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Segundo autores como Miranda et al (2019), a complexidade do quadro do TEA é ampla, o professor pode se deparar com um aluno verbal, não verbal, com hiper ou hiposensibilidade sensorial, deficiência cognitiva, cognitivo preservado ou até altas habilidades, assim a forma de ensinar a esse aluno, ocupa um lugar de grande importância.

Miranda, Lima et al (2019) colocam que problemas como disgrafia, disortografia, dispraxia e dislexia podem ser recorrentes e podem ser descobertos na fase da alfabetização. Porém, são dificuldades que com trabalhos específicos podem ser solucionados, mas, nem sempre há presença desses problemas o que de certa forma facilitará o processo de aquisição de leitura e escrita do aluno.

Para os autores Capellini, Shibukawa et al (2016), as crianças com TEA podem apresentar prejuízos na capacidade imaginativa, e se interessam por rotinas ou rituais não funcionais. Assim, podem apresentar movimentos corporais ou movimentos com as mãos de forma estereotipada, e posturas inadequadas dentro da sala de aula. Além de comprometimentos na interação social, comportamento e comunicação, o que pode acarretar algumas limitações no processo de aprendizagem do aluno com TEA.

Sabe-se que as crianças com TEA necessitam ter a percepção visual e auditiva bem desenvolvida para aprender a ler e escrever, mas há algumas que apresentam incapacidade de perceber diferenças e até mesmo, sentem aversão a determinados sons, estímulos motores, o que torna a aprendizagem ainda mais complicada (MAIA; JACOMELLI, 2019).

O DSM – V (2014) cita que muitos indivíduos com o transtorno do espectro autista têm dificuldades específicas de aprendizagem (leitura e escrita), o que é comum, assim como o transtorno do desenvolvimento da coordenação, mais comum em crianças que apresentam algum transtorno relacionado à depressão, transtorno de ansiedade e outros diagnósticos de comorbidade, ou seja, ocorrem quando há associação entre duas ou mais doenças, ao mesmo tempo, em um paciente. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014)

Ainda segundo Maia e Jacomelli (2019), nem sempre as crianças vão apresentar o mesmo momento de aprendizagem de leitura e escrita, pois depende de vários fatores, para a criança com TEA a alfabetização vai depender de seu nível, de sua aptidão para a aprendizagem, além das estratégias metodológicas utilizadas.

Bastos (2017) afirma que um dos problemas enfrentados na escola com a alfabetização de crianças com TEA é o fato de esses alunos experimentarem muita dificuldade para estabelecer socialização com os outros alunos, o que pode dificultar e restringir suas possibilidades de aprendizagens.

Diante do exposto, percebe-se que a falta de informação faz com que muitos professores acabem rotulando seus alunos, considerando apenas o que eles não conseguem fazer e assim, concluindo que não conseguirão alfabetizar-se. Portanto, o conhecimento do que é o TEA e de suas características são fundamentais para que o

professor consiga acreditar que é possível alfabetizar esses alunos e o quão importante é essa conquista para a autonomia e inclusão na sociedade.

3. O professor da escola regular no processo de alfabetização de crianças com TEA

A alfabetização é um grande desafio para todas as crianças, e não é diferente para as crianças com TEA, mas os professores não podem afirmar que crianças com TEA não podem ser alfabetizadas devido a suas características e dificuldades. Eles devem considerar que para estas crianças, que possuem dificuldades de comunicação e interação, ser alfabetizada lhe proporcionará inúmeras vantagens para sua vida em sociedade.

"É importante ressaltar que, assim como a linguagem oral, o processo de alfabetização e letramento é essencial para a consolidação das relações interpessoais, especialmente para os alunos com TEA" (CAPELLINI; SHIBUKAWA; DE OLIVEIRA RINALDO, 2016, p.88). Para os autores supracitados é necessário que as habilidades de comunicação e expressão sejam estimuladas, para auxiliar aos alunos com TEA a interagir socialmente e compreender a realidade que o cerca e, dessa forma diminuir as barreiras do transtorno.

O processo de alfabetização de uma criança com TEA precisa se dar em conjunto. Como Perotti (2016) afirma, quando se agregam a participação da família, profissionais especializados no tratamento terapêutico de crianças com TEA, tais como fonoaudiólogos, terapeutas, psicólogos e a da escola na estimulação com TEA, as instituições conseguem elaborar intervenções que são estruturadas especificamente para cada criança, conseguindo promover melhor desenvolvimento. À medida que ela vai se desenvolvendo, novas estratégias vão sendo traçadas, seguindo as necessidades de estimulação para proporcionar o melhor desempenho das habilidades que envolvem a aprendizagem escolar.

No que diz respeito a ações mediadoras para favorecer a aprendizagem e a alfabetização de crianças com TEA, Capellini et al (2016) expuseram um estudo realizado com uma professora e um aluno com TEA, ambos vinculados a uma escola pública municipal do interior paulista, cujo objetivo foi investigar e relatar como se

desencadeou o processo de alfabetização de um aluno com TEA. Propôs como atividades para a ocorrência da alfabetização recursos como: o ato de contar histórias e a utilização do álbum de fotografias. O estudo mencionado abordou como resultados mais relevantes o avanço à escrita, assim como nas funções de alfabetização. Outra melhoria foi alcançada graças à aquisição da linguagem escrita, que serviu como recurso para viabilizar um melhor alcance social, visto que à proporção que o aluno pesquisado aprendia os nomes dos colegas de sala de aula, melhorava o vínculo com eles, ampliando o seu círculo de amizades.

O progresso na alfabetização da criança pesquisada foi determinante para a melhor interação social. Também foi possível constatar uma considerável evolução no quadro de desenvolvimento no que se refere à aprendizagem e ao comportamento. Além disso, o aluno com TEA que anteriormente era totalmente excluído passou a participar de atividades com os outros alunos da sala. (CAPELLINI et al, 2016). Embora o exemplo refira-se a um estudo de caso, é possível perceber os benefícios que uma alfabetização adequada pode acarretar a uma criança com TEA, indo muito além da questão linguística. Evidentemente, na maioria dos casos, o professor necessita de apoio especializado dentro do próprio ambiente escolar.

A Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, dispõe sobre os direitos regulamentados do aluno com TEA. Ela discorre não somente sobre o acesso a escola regular, como também à sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a um profissional que sirva de apoio para ajudar no melhor desempenho das atividades realizadas na escola, em qualquer nível de escolaridade da criança. O profissional deve se organizar não somente com o professor responsável pelo aluno, mas com toda a equipe escolar que estabeleça vínculo com ele. (BRASIL, 2012)

O AEE é um serviço que deve ser preferencialmente executado na Sala de Recursos Multifuncionais, conhecido por ser um local repleto de utensílios, como equipamentos, mobílias, suportes didáticos e pedagógicos que beneficiem o atendimento educacional especializado, auxiliando na inclusão escolar garantindo a esses estudantes o acesso, participação e a aprendizagem (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, a tecnologia pode trazer muitos benefícios para as crianças com TEA, pois as ferramentas tecnológicas são capazes de atrair a sua atenção, facilitando o aprendizado das atividades da sua vida diária, ajudando a internalizar suas rotinas, ajudando a cumprir suas tarefas sociais, auxiliando no processo de alfabetização e favorecendo as interações destas crianças com o mundo, o que é uma de suas maiores dificuldades (RIBEIRO; CONRADO et al 2021). Porém, o professor precisa planejar o uso destes recursos de forma contextualizada, com objetivos claros e definidos e respeitando as características e necessidades destes alunos. Segundo, Farias et al (2014) os recursos tecnológicos sozinhos não surtirão efeitos se a interação proposta pelo professor não for adequada às especificidades de cada aluno. O professor precisa conhecer seu aluno, seu nível de capacidade para então aliado ao contexto social e cultural, as tecnologias usadas na educação tornam-se ferramentas de ensino positiva se planejadas e contextualizadas intencionalmente.

De acordo com Ribeiro, Conrado e Legey (2021), jogos digitais apresentam uma característica atrativa e agradável às crianças com TEA, facilitando muito a interlocução e a interação social com os alunos. Por isso, os recursos tecnológicos como computadores, tablets e brinquedos digitais estão sendo cada vez mais usados na educação de crianças, por ser um método de aprendizagem mais atrativo.

Farias et al (2014) afirmam que dentre as abordagens mais utilizadas para o acompanhamento de crianças com TEA destaca-se o Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação (TEACCH), programa criando em 1964, na Universidade da Carolina do Norte (EUA), por Eric Schoppler e colaboradores.

Ainda segundo Farias et al (2014), o programa TEACCH trabalha com a estruturação do tempo, atividades, materiais e ambientes utilizados pela criança visando compensar os déficits característicos do espectro autista e proporcionar ganhos significativos para o convívio social. Trata-se de um programa mundialmente utilizado para favorecer o processo de alfabetização de crianças com TEA.

Faria, Cunha et al (2015) também mencionam o aplicativo ABC Autismo. Ele incorpora alguns aspectos de uma abordagem manual, o TEACCH, método amplamente difundido e comprovadamente eficaz na conduta autista. O aplicativo em

questão utiliza uma plataforma móvel, desenvolvido inicialmente para Tablets com o sistema operacional Android, e foca diretamente no ensino de habilidades necessárias para a alfabetização da criança autista, tais como habilidades de correspondência, pareamento e letramento inicial. A versão gratuita do aplicativo mobile ABC Autismo possui quatro níveis de complexidade também conhecidos como níveis de trabalho. Cada nível apresenta dez atividades sequenciadas em ordem crescente de complexidade. A complexidade dentro da aplicação é medida pela quantidade de estímulos dado a criança, bem como a quantidade e formas de elementos apresentados.

A diversidade de cores e objetos foi potencializada nesta abordagem, foi possível também diversificar os formatos de resposta aceitáveis dentro das áreas correspondentes. A dinâmica utilizada para automaticamente diminuir a área de resposta na medida em que a criança vai obtendo êxito na execução das exigências pertinentes a atividade, potencializa gradativamente a sua coordenação motora, provendo assim estímulos das mais variadas formas e perspectivas possíveis. Para Farias, Cunha et al (2015) é importante frisar que o contato da criança com o objeto concreto, realizado na forma convencional do Programa TEACCH é fundamental e de maneira nenhuma deve ser deixado de lado no processo de tratamento da criança. A abordagem apresentada pelo aplicativo ABC Autismo é apenas um complemento a toda a dinâmica utilizada e sem dúvida vem para somar no processo de intervenção com a criança.

Diante do exposto, compreende-se que é de suma importância que o ambiente escolar contribua para atender as limitações e especificidades dos alunos autistas, como o espaço físico, o material didático, a equipe gestora, os professores e toda a comunidade escolar tendo maior cuidado e atenção para o atendimento e a inclusão desse aluno. Os jogos e brincadeiras não somente facilitam o processo de aprendizagem das crianças como também permitem a interação com seus colegas de classe e possibilitam a construção de uma visão de mundo, criando e desenvolvendo o senso crítico, conforme destaca as autoras Miranda, Lima et al (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as principais dificuldades que o professor da escola regular enfrenta no processo de alfabetização de crianças com TEA, como desenvolver atividades com esse público, tendo em vista as dificuldades que caracterizam esse alunado.

Compreendeu-se como é importante que o professor não rotule seus alunos, que é preciso buscar esclarecimentos em relação às características e necessidades dos alunos com TEA e o modo como eles aprendem, considerando que isso varia muito de aluno para aluno, pois o TEA se apresenta em diferentes níveis.

Constatou-se como a alfabetização representa uma conquista importante e fundamental para as essas crianças, que proporcionará a elas a autonomia para sua inclusão na sociedade, embora apresentem grandes dificuldades de interação e comunicação.

Todavia, a alfabetização de alunos com TEA representa um grande desafio para os professores, pois no processo de alfabetização pressupõe-se que deva ter uma participação ativa do aluno, uma interação que para crianças com TEA é mais difícil de acontecer, mas estas dificuldades não indicam que elas não são capazes de aprender, indicam que os professores precisam encontrar outro caminho para que o aprendizado aconteça.

A presente pesquisa corrobora a possibilidade de uso de recursos tecnológicos para construir uma proposta de um plano de atividades individual que possa auxiliar na alfabetização desses alunos, demonstrando aos professores que, embora muitas vezes possam sentir medo diante do desconhecido, não se pode estagnar, é necessário buscar informação, novas metodologias que promovam a verdadeira inclusão, autonomia e aprendizado destes alunos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p.94-102.

BASTOS, Marise Bartolozzi. Tratar e educar: escrita e alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), In: MACHADO, A.M.; LERNER, A.B.C.;

FONSECA, P.F. Concepções e Proposições em Psicologia e Educação. São Paulo: Blucher, 2017. p. 135 -148.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.. Decreto Lei. Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 29 abr. 2021.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei. Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 29 abr. 2021.

CAPELLINI, V. L. M. F; SHIBUKAWA, P. H. S; RINALDO, S. C. D. O. Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista. **Colloquium Humanarum**, Araraquara, SP, v. 13, n. 2, p. 1-8, set./2016. Disponível em: http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1309. Acesso em: 11 Abr. 2021.

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura; MENEZES, Helena Cristina Soares; FERNANDES, George Pimentel. Transtorno do Espectro do Autismo: Considerações sobre o diagnóstico. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Outubro/2019, vol.13, n.47, p. 234-251. ISSN: 1981-1179.

FARIAS, Ezequiel B.; SILVA, Leandro W. C.; CUNHA, Mônica X. C.. ABC AUTISMO: Um aplicativo móvel para auxiliar na alfabetização de crianças com autismo baseado no Programa TEACCH. In: **Simpósio brasileiro de sistemas de informação (SBSI)**, 10. , 2014, Londrina. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2014 . p. 458-469. DOI: https://doi.org/10.5753/sbsi.2014.6136

FARIAS, Ezequiel; CUNHA, Mônica; SOUZA, José Wellison. ABC Autismo? Uma Aplicação Mobile para Auxiliar no Processo Alfabetizador de Crianças com Autismo. **Anais dos Workshops do IV Congresso Brasileiro de Informática na Educação** (CBIE 2015), Maceió – AL. p. 232-239. Out/2015. Disponível em: https://br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/5975>. Acesso em: 29 Abr. 2021.

MAIA, Carina Scanoni; MENEZES, Karina Maria Campello de; TENORIO, Fernanda das Chagas Angelo Mendes; et al. Transtorno do espectro autista e a suplementação por ácido fólico antes e durante a gestação. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, n. 4, p. 231–243, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852019000400231&script=sci arttext&tlng=pt>. Acesso em: 23 Mar. 2021.

MAIA, Maria Suelly; JACOMELLI, Milleni Kelly. A importância do ensino especializado, na sala de recursos, como estratégia de aprendizagem na formação da criança com tea. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 8, n. 11, p. 320–336, Jul/2019. Disponível em:

https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/988. Acesso em: 11 Abr. 2021.

MIRANDA, Beatriz De Melo et al.. Desafios no processo de ensino/aprendizagem na alfabetização de uma criança com tea. **Anais VI CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/59825>. Acesso em: 27/04/2021 15:03

PEROTTI, Ivane Laurete. O Transtorno do Espectro do Autista na escola: um labirinto de práticas interligadas na/à alfabetização. **Percurso Acadêmico**, v. 6, n. 12, p. 353, 2016. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/P.2236-0603.2016v6n12p353>. Acesso em: 29 Apr. 2021.

RIBEIRO, S. F. C.; CONRADO, L.; LEGEY, A. P. O Uso da Tecnologias Digitais no Desenvolvimento das Crianças com Transtorno de Espectro Autista. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber, [S. I.], v. 3, n. 3, 2021. DOI: 10.51473/rcmos.v3i3.27. Disponível em: https://revistacientificaosaber.com.br/ojs/envieseuartigo/index.php/rcmos/article/view/27. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M.B; REVELES, L.T. **Mundo Singular**: entenda o autismo; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SHIBUKAWA, Priscila Hikaru; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. O autismo e suas especificidades refletidas no processo de alfabetização e letramento em uma escola de ensino fundamental ciclo I. In: **Congresso nacional de educação**, 11., 2013, Curitiba. Artigo. Curitiba: Pontifica Universidade Católica do Paraná, 2013. p. 1-10. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10470_6215.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasilia Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 13, n. 3, p. 296–299, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342008000300015. Acesso em: 9 mar. 2021.

VIEIRA, Neuza Maria; BALDIN, Sandra Rosa. Diagnóstico e intervenção de indivíduos com transtorno do espectro autista: Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade. **10** Encontro Internacional de Formação de Professores/11 Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional, Sergipe, v. 10, n. 1, p. 1-9, mai./2017. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/4623/1709. Acesso em: 9 mar. 2021.